

IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NAS PREMIAÇÕES DE REFERÊNCIA NACIONAL EM GESTÃO

Fátima da Silva Batista

Universidade Estácio de Sá/RJ

ftmbatista@uol.com.br

Agência Financiadora: FAPERJ

Wania R. Coutinho Gonzalez

Universidade Estácio de Sá/RJ e UERJ/FEBEF

wania.gonzalez@estacio.br

Resumo: As mudanças nas relações de trabalho decorrentes da adoção das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) afetam os espaços escolares e os profissionais da educação. Especificamente o gestor tem sido desafiado a dinamizar a organização do trabalho escolar. O texto busca contribuir para a reflexão sobre o descompasso entre as políticas públicas e os programas que orientam a implantação das TIC nas escolas e a apropriação que os gestores fazem dessa ferramenta, bem como a análise de prêmios de referência em gestão escolar a nível nacional. A pesquisa, em fase de desenvolvimento, de caráter documental, apresenta o seguinte resultado parcial: existe uma escassez de menções ao uso das TIC nos projetos vencedores tanto do Prêmio Inovação em Gestão Educacional como do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar

Palavras chave: tecnologias da informação e da comunicação; gestor escolar; políticas públicas e educação.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, assistimos a um acentuado movimento de mudanças nas organizações sociais, conseqüente e interdependente dos movimentos de mudanças políticas, econômicas, científicas e culturais.

Esse movimento impulsionou e foi impulsionado, de um lado, pelos avanços das pesquisas, das descobertas científicas e do desenvolvimento dos mais sofisticados meios tecnológicos de informação e de comunicação e, de outro, pelas complexas inter-relações do mercado internacional, cada dia mais globalizado.

Atualmente, no Brasil, significativa parcela das escolas públicas de educação básica é equipada com laboratórios de informática. Tal fato é decorrente, na grande maioria dos casos, da implantação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) ¹ integrante do conjunto de ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) ².

De acordo com a linha norteadora do referido programa, as responsabilidades para a implantação/implementação são definidas tanto para o Ministério da Educação e Cultura (MEC)

quanto para os Estados, Municípios e para o Distrito Federal. Dentre o rol de atribuições cabe ao MEC prover a capacitação dos professores, gestores e de outros agentes educacionais, para a utilização pedagógica das tecnologias nas escolas e para a promoção da inclusão digital, e para os Municípios, Estados e Distrito Federal viabilizar e incentivar as capacitações dos professores e outros agentes educacionais objetivando a utilização pedagógica das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)³. Entretanto, a incorporação das tecnologias como artefatos ao cotidiano das escolas é incipiente e não condiz com as possíveis contribuições às suas práticas, quer nos processos de ensino-aprendizagem, quer na gestão escolar.

O presente trabalho busca contribuir para a reflexão sobre o descompasso entre as políticas públicas e os programas que orientam a implantação das TIC nas escolas e a apropriação que os gestores fazem dessa ferramenta, bem como a análise de prêmios de referência em gestão escolar a nível nacional.

AS DIFERENTES DIMENSÕES DAS MUDANÇAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

Para que haja o entendimento e a análise crítica da incorporação das TIC pela gestão escolar, no Brasil, faz-se necessário discutir, brevemente, o atual papel do Estado frente às transformações econômicas, políticas e sociais que vêm ocorrendo, tendo em vista que as tecnologias não exercem um papel de neutralidade no contexto escolar. No cerne dos problemas, encontram-se a adequação da produção econômica, das políticas públicas e da sociedade (valores, ideais e comportamento) a um novo modelo de acumulação, na tentativa de revitalizar o modo de produção capitalista, retirando-o da crise em que se encontrou nos anos 70 do século passado.

O desmonte do Estado de Bem Estar a partir da década de 70, tem-se dado, sobretudo pela pulverização das políticas públicas, as quais têm sido mercantilizadas, tanto nos Estados que oferecem políticas protecionistas como àqueles que nunca as ofereceu amplamente, como o Estado brasileiro. Nesses, a facilidade de alargamento do mercado é ainda maior do que onde há ampla proteção aos indivíduos.

A perspectiva da mercantilização verificada nas propostas neoliberais sugere que a esfera privada deve se ampliar em detrimento da esfera pública, com base na tese da ineficiência do Estado em contraposição à propaganda de eficiência do mercado, tendo como principais justificativas a redução dos custos, um maior controle sobre o produto e, conseqüentemente, o aumento da eficiência, da qualidade e da equidade. Essas propostas são veiculadas pelos organismos internacionais fomentadores de políticas públicas, a exemplo do Banco Mundial.

O papel interventor do Estado se restringe a pacificar áreas conflitivas através de ações assistencialistas delegando sua responsabilidade à iniciativa privada e às organizações não governamentais, garantindo o mecanismo de redução e/ou modificação da interferência do Estado, na propagada forma de parceria.

No dizer de Oliveira (2001, p.95):

A mesma orientação pode ser percebida nas ações do atual governo no tocante à condução das políticas públicas para a educação nos anos 90. Diante de grandes pressões populares pela democracia, sobretudo da educação básica, implicando a exigência de seu acesso, mas também na qualidade de seus serviços – fator indispensável à permanência dos alunos na escola e à conclusão de sua escolaridade –, o Estado procura atender de forma ambivalente a essa demanda. Por um lado, dispõe de medidas que procuram dar respostas imediatas às manifestações sociais mais patentes e, por outro, **tenta compatibilizar o atendimento das demandas com uma política de contenção dos gastos públicos sem, contudo, abrir mão da direção do processo de mudanças**^a. **Grifo nosso**

Diante do que já foi exposto, percebemos que estamos vivendo em um mundo de constantes mudanças e que estas abrangem as dimensões política, econômica, social e tecnológica. Essas mudanças foram aceleradas no decorrer do século XX, em especial após a década de 1970, principalmente pelos avanços científicos e tecnológicos que, juntamente com as transformações sociais e econômicas, revolucionaram as formas como nos comunicamos, nos relacionamos com as pessoas, os objetos e com o mundo ao redor. Encurtaram-se as distâncias, expandiram-se as fronteiras, o mundo ficou globalizado.

Sousa Santos (2002) entende a globalização como um fenômeno que se apresenta multifacetado e que possui dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas e estas se apresentam interligadas de maneira complexa.

Dentro desse processo também sofre influência o mundo do trabalho, sendo submetido aos movimentos do capitalismo global, tanto no que diz respeito às relações sociais como as novas técnicas de produção.

As contínuas transformações que se verificam como obrigatórias na visão contemporânea do mundo dos negócios incluem não só a vida dos grandes centros mundiais das decisões, mas chegam a todos os cantos do globo como resultado da expansão do capitalismo flexível em tempo e espaço, conforme nos diz Sennett (1999).

No dizer do autor palavras como risco e desafio passam a fazer parte da vida e do vocabulário da nova classe trabalhadora e, por conseqüência, ambigüidade e incerteza da sua vida; o tempo linear e o uso racional do tempo eram características que marcavam a narrativa de vida que fazia sentido para as pessoas. Antes da implantação do sistema capitalista flexível, o trabalho era para a vida toda, tendo o objetivo de servir à família. Deste modo, os trabalhadores poderiam prever como seriam suas vidas. Com a flexibilização, o objetivo do trabalhador passou a estar aberto às mudanças. Estas mudanças, na vida dos indivíduos, trazem consigo o medo da perda do controle de suas vidas (vidas emocionais). Perde-se, então, o senso de comunidade, que passa a ser buscado nas comunicações eletrônicas, que são sempre breves e apressadas.

A realização de tarefas não pode ser mais aquela requerida pelo processo de trabalho fundado no fordismo e no taylorismo, que se realizava sob um espaço determinado, uma temporalidade e hierarquização correspondente. Antes elas eram conduzidas sob o ritmo da maquinaria e enfatizava mais os atributos ligados ao trabalho manual, focalizando o controle nas mãos do trabalhador. A forma de hierarquização também se altera consideravelmente, o que

implica em diferenças no controle do processo de trabalho.

Acrescente-se a ideia e indefinição de espaço e tempo, pois nesse novo cenário, surge, então uma realidade na qual se instala uma revolução que insere o planeta numa dimensão globalizada que, embora ocorra de forma desigual nas diferentes sociedades, é sustentada e sustenta as TIC (DREIFUSS, 1996). Em decorrência, as TIC são as responsáveis pelas novas maneiras de transmitir e interagir com o conhecimento e a informação (LÉVY, 1999).

O advento das TIC revolucionou nossa relação com a informação. Se antes a questão chave era como ter acesso às informações, hoje elas estão por toda a parte, sendo transmitidas pelos diversos meios de comunicação. A informação e o conhecimento não se encontram mais fechados no âmbito da escola, mas foram democratizados. O novo desafio que se abre na educação, frente a esse novo contexto, é como orientar o aprendiz, a saber, o que fazer com essa informação, internalizando-a na forma de conhecimento e, principalmente, como fazer que ele saiba aplicar este conhecimento de maneira independente e responsável.

Essa nova modalidade de comunicação encontra seu suporte no ciberespaço. Esta nova modalidade de comunicação, também chamado de rede, é a interconexão mundial dos computadores, responsável por novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado de informação e do conhecimento (LÉVY, 1999). O ciberespaço abrange não apenas a infra-estrutura material da comunicação, mas também o universo de informações que circula por ele, os indivíduos que navegam e alimentam esse universo, enfim, é um espaço de comunicação aberto no qual há a interlocução mundial das informações, dos computadores e dos homens. Esta fonte de relacionamento possibilita que seres humanos independentes da localização geográfica e da diferença de fuso-horário compartilhem informações e troquem ideias em um tempo real. O ciberespaço é o espaço imaginário, da construção do conhecimento em rede. É uma dimensão espaço-atemporal de comunicação e informação planetária, por onde passam hoje a economia, a cultura, o saber, a política e as relações humanas de todos os séculos.

Como efeito do ciberespaço, se amplia o fenômeno da cibercultura, incidindo de forma variada e distinta no interior de cada cultura local. De acordo com Lévy (1999, p.17) cibercultura é o conjunto de “técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de tipos de pensamento e de valores”. A cibercultura responde, assim, pela profunda transformação da noção de cultura cujos efeitos podem ser entendidos de acordo com o conceito de mundialização proposto por Dreifuss (1996, p.138) quando o mesmo relata que a “mundialização societária de valores, referências, usos e costumes” traduz as transformações de estilo e sentido de vida.

A predominância dos componentes intelectuais da força de trabalho desloca das mãos do trabalhador a exploração do trabalho e coloca o foco da exploração, em sua capacidade subjetiva. Este deslocamento resulta de múltiplos fatores que vêm contribuindo para novos estilos de organização do trabalho. No entanto, o fator que lhe deu visibilidade operacional a valorização das habilidades intelectuais foram as TIC e que pressupõe cada dia mais, competências antes não requeridas para os trabalhadores.

Diante do entendimento de que a noção de competência é uma construção social e que seu significado atende aos interesses hegemônicos que as elabora faz-se imprescindível “ressignificá-la” (DELUIZ, 2001), tendo em vista a necessidade dos trabalhadores de se posicionarem politicamente diante das significativas transformações do mundo do trabalho.

A autora reconhece que tanto na literatura internacional como na nacional é indicado à necessidade de obtenção de novos atributos pelos trabalhadores do setor industrial e de serviços. Esse fato impulsiona a discussão sobre a construção de competências abrangentes envolvendo as diversas dimensões: técnicas, organizativas, metódicas, comunicativas e políticas.

Nesse contexto de desafios à formação do trabalhador Market (1991, p.61) observa a tendência de desenvolvimento de competências gerais dos trabalhadores em detrimento de suas habilidades manuais. Esse conjunto de competências técnicas, sociais e pessoais faz parte do que o autor denomina de qualificação-chave que compreende:

qualificações amplas, conhecimentos de âmbito geral, capacidade de associação de dados e informações, capacidade de decisão frente a situações complexas. No contexto dessa tendência situam-se as características pessoais e valorização de traços de personalidade tais como: desenvolvimento de senso de responsabilidade, espírito crítico e de autoconsciência.

Em síntese há uma valorização de aspectos subjetivos dos indivíduos. Convém esclarecer que não existe consenso acerca do conceito de competência embora este tenha se tornado muito comum na Europa e, a partir dos anos de 1990, adotado como diretriz pedagógica na política educacional brasileira⁴. A origem da discussão em torno das competências nos países europeus buscava facilitar a mobilidade social dos trabalhadores tanto em termos de formação como em termos de emprego. Pretendendo-se, também, melhorar a qualidade da formação com o intuito de torná-la mais relevante para o mercado de trabalho. Esta abordagem é distinta da proposta de ressignificação do conceito da qual compartilhamos.

Frente ao exposto enfatizamos a distância existente entre as competências desenvolvidas pelos jovens, que navegam com muita desenvoltura no ciberespaço e a grande maioria dos profissionais da educação que ainda não adquiriram as referidas competências para transitarem no espaço virtual. Demo (2008) explica esta diferença ao distinguir as gerações de nativos, descrita como a dos jovens que ‘nasceram’ com o mouse na mão e a de imigrantes, caracterizada como a dos indivíduos mais velhos que precisam modificar as suas formas de comunicação. O referido autor salienta o desafio de rompermos com a pedagogia tradicional com o intuito de tornar a escola atrativa a essa geração de imigrantes.

AS NOVAS TECNOLOGIAS INFLUENCIANDO OS ESPAÇOS ESCOLARES

Estamos vivendo em uma sociedade em constante mudança que se organiza e reorganiza de acordo com as características da sociedade em rede, da globalização da economia e da virtualidade, as quais produzem novas e mais sofisticadas formas de exclusão. Apenas adentrando criticamente nessa sociedade e buscando compreender seus instrumentos e dinâmicas

de mobilização e expansão é que podemos nos apropriar, utilizar seus recursos e meios de interação para a emancipação humana.

Essas características e contradições da sociedade atual vão gradativamente influenciando em nosso dia a dia, afetando a forma como nos comunicamos, trabalhamos, nos relacionamos com os demais, aprendemos e ensinamos. Aos poucos vamos alterando nossos hábitos e nossas atividades cotidianas.

A educação em todos os níveis não tem sido alheia aos movimentos e mudanças, ao desenvolvimento científico tecnológico nem aos movimentos sociais, políticos e econômicos em curso na sociedade.

Durante muitos anos, acreditou-se que a escola fosse um lugar protegido, neutro, distante das manifestações sociais transformadoras, por imaginá-la um lugar inócuo, como se fosse possível concebê-la sem a sua história, sem suas inter-relações com a cultura ou com a realidade, sem os conflitos que lhe são inerentes. Atualmente percebemos que a escola não pode ser considerada de forma apartada de sua comunidade e da realidade que a cerca, está imersa na cultura, na comunidade, na representação social e política, em contínua interação com o seu contexto.

As novas tecnologias têm influenciado todas as organizações contemporâneas, inclusive a escola. Torna-se necessário construir uma escola diferente, gerida de uma forma plural e com um processo diferente de ensino-aprendizagem. O desafio é sair do modelo autocrático de gestão, pautado pela relação autoritária de comando e obediência, pela qual um manda e o outro obedece, um ensina e o outro aprende, para um processo democrático de gestão e de educação em que as pessoas interagem e se comprometem de forma coletiva com os objetivos educacionais e com a direção de futuro desejada consagrando o princípio da gestão democrática do ensino público previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206 e inciso VI^o.

As transformações tecnológicas que vêm ocorrendo na humanidade nos levam a modificar as dimensões do pensar, pois transformam o conhecimento que as pessoas têm de si próprias, das outras e de suas relações com o mundo. Nesse paradigma “o homem transforma e sofre os efeitos dessa transformação, transformando-se” (Lévy, 1993 p, 17). De acordo com Perrenoud (2000, p.139) esse paradigma não diz respeito à simples utilização das tecnologias, diz respeito ao conceito de aprendizagem. Propiciar a passagem de uma “escola centrada no ensino para uma escola centrada nas aprendizagens”.

Muitas são as mudanças na organização do trabalho escolar decorrentes da incorporação e integração pedagógica das TIC ao ensino, entretanto, para que essas mudanças se materializem faz-se necessário a existência de uma série de fatores que corroboram para o sucesso ou fracasso desta iniciativa e que são descritos por Sancho; Hernández (2009, p.166), da seguinte forma:

- A existência de um projeto institucional que impulse e avalize a inovação educativa utilizando tecnologias informáticas.
- A dotação suficiente e adequada da infra-estrutura e recursos informáticos nas escolas e salas de aula.

- A formação dos professores e a predisposição favorável deles com relação às TIC.
- A disponibilidade de variados e abundantes materiais didáticos ou curriculares de natureza digital.
- A existência de condições e cultura organizativas nas escolas que apóie e impulse a inovação baseada no uso pedagógico das TIC.
- A configuração de equipes externas de apoio aos professores e às escolas destinadas a coordenar projetos e facilitar soluções para os problemas práticos.

Não obstante, diante da não compreensão das possíveis contribuições das TIC ao funcionamento do cotidiano escolar e à aprendizagem dos alunos verificamos a existência de duas situações bastante comuns: uma onde o uso das tecnologias é simplesmente ignorado na escola e outra onde o uso atende apenas ao cumprimento de tarefas burocráticas.

No atual cenário de hegemonia dos pressupostos neoliberais no qual a perspectiva do mercado é o que direciona a formação dos indivíduos, as habilidades subjetivas são intensificadas no processo de aprendizagem, e com isso a ideia de gestão tornou-se central. O processo de reestruturação produtiva vem construindo e delineando novos atributos para a reprodução do capital, privilegiando, cada vez mais, o componente intelectual do trabalho, em atendimento ao novo patamar tecnológico e social.

Nesse sentido, afirma Moran (2007, p.5):

Todos os grupos e instituições, que evoluem e crescem, trazem consigo formas de integrar organização e criação, normas e liberdade, autoridade e confiança. As organizações que mais evoluem são as que reúnem pessoas abertas, que sabem gerenciar seus conflitos pessoais, que sabem comunicar-se e aprender.

A educação hoje deve abrir muito mais seus horizontes, deve ajudar o sujeito a construir uma consciência cidadã, consciência crítica que o engaja no ideal de construção de um mundo melhor. Isto implica que o sujeito aprenda a olhar o mundo desde uma perspectiva complexa e não apenas no prisma da simplificação. Só assim ele se torna apto a “aprender a aprender” condição necessária para que possa dar conta do ecossistema caótico de informações no qual se insere. É evidente que a escola centrada na lógica da distribuição na qual teima em persistir não é capaz de aportar ao sujeito esta educação que o nosso tempo reivindica pelo que é necessário “modificar este modelo, promover efetivamente as bases da comunicação livre e plural – a participação, a bidirecionalidade e a multiplicidade de conexões (SILVA, 2010). Isto significa antes demais reconfigurar à sala de aula de modo a incorporar à dinâmica comunicacional que o novo contexto sócio-técnico propicia, isto é, a liberação da palavra. Este desafio não diz respeito apenas ao professor, pois “é certo que ele não progredirá muito nessa tarefa se apenas sua sala de aula configurar-se de modo interativo, enquanto toda a escola se mantém aferrada à lógica da distribuição”. O desafio se estende, pois “para a educação em geral, para as autoridades

que atuam na gestão dos sistemas gerais de ensino e para os responsáveis pela gestão de cada unidade escolar” (SILVA, 2010).

OS PRÊMIOS PESQUISADOS

O Prêmio Inovação em Gestão Educacional⁶ foi instituído pelo Ministério da Educação em maio de 2006, sob a coordenação do Inep, em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a União Nacional de Dirigentes Municipais (Undime) e a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Objetiva incentivar o desenvolvimento e mobilizar os municípios a fim de tornarem públicas as experiências inovadoras em Gestão Educacional que contribuam para o alcance dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Compromisso Todos pela Educação, além de reconhecer e premiar os municípios e os dirigentes Municipais de Educação por suas iniciativas inovadoras e resultados alcançados. Busca também prospectar experiências inovadoras em Gestão Educacional que apresentem resultados positivos e divulgá-las para a sociedade.

De acordo com as informações disponíveis no site são consideradas experiências inovadoras em gestão da educação pública as iniciativas desenvolvidas, com intenção, na abrangência das secretarias municipais de educação que contribuam para a solução de problemas e desafios da educação básica, promovendo avanços em relação aos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação.

Em sua primeira edição, no ano de 2006, foram inscritas duzentas e sessenta e cinco iniciativas inovadoras contando com a participação de treze capitais e municípios de vinte e quatro Estados distribuídos nas cinco regiões do país. Em 2008, na segunda edição, o Prêmio incorporou as orientações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), especialmente o Plano de Metas Compromisso Todos pela educação. Desta forma, as experiências candidatas ao Prêmio deveriam ter identificação direta com uma ou mais Diretrizes estabelecidas pelo Plano de Metas.

Já o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar⁷ é uma iniciativa conjunta do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da Undime e da Fundação Roberto Marinho e que conta com o apoio da Embaixada Americana, Movimento Brasil Competitivo, Gerdau e Compromisso Todos pela Educação. O Prêmio foi criado no ano de 1998 e se encontra em seu décimo primeiro ciclo de realização. Destaca-se como um dos mais relevantes instrumentos de mobilização e de auto-avaliação das escolas públicas brasileiras, tendo por objetivo a melhoria da gestão e da qualidade do ensino. Este Prêmio visa contribuir para que as escolas passem a incorporar uma cultura de auto-avaliação de seu processo de gestão e para destacar e disseminar as experiências de referência na área. Dessa forma, tem servido como instrumento de sensibilização, motivação e orientação para o avanço da gestão escolar, priorizando a melhoria dos níveis de aproveitamento dos alunos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Integrar as TIC à gestão significa ir além do seu uso convencional, mas incorporar suas especificidades e contribuições na própria gestão da escola. No entanto, mesmo em situações que ocorrem práticas inovadoras com o uso das tecnologias, na maioria delas estas práticas constituem ações isoladas e não caracterizam a integração das TIC na cultura escolar. A incorporação de tecnologias pela educação torna-se então obrigatoriamente parte de “uma estratégia global de política educativa” (TEDESCO, 2004) e um elemento essencial para o caráter democrático das sociedades do futuro.

O envolvimento dos gestores escolares na articulação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, na liderança do processo de inserção das TIC na escola em seus âmbitos administrativo e pedagógico, pode contribuir significativamente para os processos de transformação da escola em um espaço articulador e produtor de conhecimentos compartilhados, e em decorrência para a formação do cidadão, com respeito e busca de sua gradativa autonomia no sentido de progressiva libertação do comando do professor. Tal posicionamento revela a adesão a concepção civil-democrática de educação (SINGER, 1996).

Entretanto, faz-se primordial para este estudo verificar, por intermédio da análise das políticas públicas em gestão escolar existentes atualmente na sociedade brasileira se a incorporação das TIC pelo gestor escolar se insere na concepção brevemente relatada ou se as TIC na gestão escolar estão sendo implantadas e implementadas na perspectiva da qualidade total, concepção esta que não desconhecemos nem tampouco desconsideramos seu uso, atrelada aos princípios de produtividade e controle. No tocante a menção as premiações de referência em gestão escolar a nível nacional nos possibilita ilustração da reflexão efetuada no campo teórico descrito anteriormente. Uma delas é o Prêmio Inovação em Gestão Educacional onde após ser realizada uma análise preliminar dos projetos vencedores, no total de vinte, sendo dez por cada edição verificamos que em apenas um havia o relato de uma experiência exitosa no tocante a apropriação das tecnologias, mas que não informava a atuação do gestor diante de tal inovação⁸. O projeto de Informática Educativa inscrito pelo município de Castanhal (PA), a 90 quilômetros de Belém, consistia em abrir os laboratórios de informática das escolas públicas aos sábados para a capacitação profissional da comunidade. Já o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar, ano base 2009, teve seu resultado divulgado em oito de novembro de 2010 durante cerimônia no Teatro Municipal no Rio de Janeiro. Das seis escolas finalistas: Colégio Casa Jovem II, de Igrapiúna – BA, o CAIC Senador Carlos Jereissati de Russas – CE, a Escola Estadual Odorico Leocádio da Rosa, de Rondonópolis – MT, a Escola Estadual Paulo Freire de Iguatemi – MS, a Escola Estadual Menino Jesus de Praga de Caratinga – MG e a Escola de Educação Básica Júlia Lopes de Almeida de Blumenau – SC, quatro apresentaram projetos direcionados a leitura. Chamou-nos a atenção o fato dessas escolas efetuarem atividades de incremento da leitura de forma tradicional mediante a utilização de material impresso. Convém ressaltar que das seis escolas finalistas apenas a Escola de Educação Básica Júlia Lopes de Almeida mencionou a existência e o uso do laboratório de informática nas atividades pedagógicas. No tocante às

características das escolas finalistas observamos que a maioria está situada na área urbana o que justificaria a sua posição de local privilegiado para a disseminação do uso da informática. Outro aspecto importante é a preocupação com ações de caráter ambiental, mas estas são efetuadas de forma convencional sem recorrer ao uso das mídias. A escola vencedora, o Colégio Casa Jovem II, adota como diretriz no seu curso técnico em agroecologia a perspectiva do desenvolvimento sustentável, mas, tal fato, não foi acompanhado do uso de recursos midiáticos e sim ilustrado com imagens dos alunos manuseando a terra.

(Endnotes)

1 Percebemos que a comunicação participativa, confiante, de motivação constante proporciona processos interativos de aprendizagem que levam a descoberta de novas dimensões de significação que antes passavam despercebidas. Esse processo de aprendizagem traz consigo diferentes sujeitos, com especificidades próprias de interesse e de estilos, participantes desta dinâmica de construção. Nesse sentido, é afirmado ser o momento dos “generalistas” com competências transversais, com a capacidade de gerirem globalmente uma situação (SCHWARZ, 1991).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2010

DELUIZ, Neise. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v.27.n.3, p.13-25, set./dez.2001.

DEMO, Pedro. Habilidades do Século XXI. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 34, n.2, maio/ago. 2008.

DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades: mundialização, globalização, planetarização**, 1ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência – O futuro do pensamento na era da informática** – tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Ed 34, 1999.

MARKET, Werner. Novas tecnologias como desafio do currículo do futuro. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v.17.n.1, 1991.

MORAN, José Manuel. **Informação e comunicação na educação**, Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, SEED/MEC. 1 CD-ROM, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**, tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>. Acesso em: 15 jun.2010.

PRÊMIO INOVAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL. Disponível em: <http://www.inep>.

gov.br/imprensa/noticias/laboratorio/news08_10_imp.htm>. Acesso em: 02 mai. 2010.

PRÊMIO NACIONAL DE REFERÊNCIA EM GESTÃO ESCOLAR. Disponível em: <<http://www.consed.org.br>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

PROJETO PREMIADO INOVAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL. Disponível em: <<http://www.laboratorio.inep.gov.br>>. Acesso em: 02 mai.2010.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA MÍDIAS NA EDUCAÇÃO. Módulo Introdutório: Integração de Mídias na Educação, 1 CD-ROM. 2007.

SCWARZ, Yves. De La “qualification” à La “compétence”. In: **Le développement des compétences. Analyse du travail et didactique professionnelle. Education Permanente**, n.123, p. 115-124, 1995-2.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, M. **Sala de aula interativa**. São Paulo, Loyola, 2010.

SINGER, P. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.1, p.5-15, jan./fev./mar/abr, 1996.

SOUSA SANTOS, B. Os processos da globalização. In: Sousa Santos, B. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educação e Novas Tecnologias: esperança ou incerteza?** São Paulo: Cortez, UNESCO, 2004.

(Endnotes)

Percebemos que a comunicação participativa, confiante, de motivação constante proporciona processos interativos de aprendizagem que levam a descoberta de novas dimensões de significação que antes passavam despercebidas. Esse processo de aprendizagem traz consigo diferentes sujeitos, com especificidades próprias de interesse e de estilos, participantes desta dinâmica de construção. Nesse sentido, é afirmado ser o momento dos “generalistas” com competências transversais, com a capacidade de gerirem globalmente uma situação (SCHWARZ, 1991).

- 1 É uma das ações que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>
- 2 O PDE é um plano que indica as ações a serem executadas para solução dos problemas apresentados no Plano Nacional de Educação (PNE) e busca mecanismos para a melhoria da qualidade da educação; ele é um plano executor com um conjunto de programas que visam dar consistência às metas estabelecidas pelo PNE. A essência do PDE: visão sistêmica da educação. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>
- 3 A terminologia Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especificamente, envolve a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios eletrônicos e digitais, como rádio, televisão, telefone e computadores, entre outros. Resultou da fusão das tecnologias de informação, antes referenciadas como informática, e as tecnologias de comunicação, relativas às telecomunicações e mídia eletrônica (PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA MÍDIAS NA EDUCAÇÃO, 2007).
- 4 Ilustramos a afirmação com a menção aos seguintes documentos: Diretrizes Curriculares da Educação profissional, Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>
- 5 Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>
- 6 Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/laboratorio/news08_10_imp.htm>
- 7 Disponível em: <<http://www.consed.org.br>>
- 8 O relato do projeto encontra-se em: <<http://laboratorio.inep.gov.br>>